

ASSIS SILVA, César Augusto de. *Cultura surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade.* São Paulo: Terceiro Nome, 2012, 248 pp.

Andrea de Moraes Cavalheiro
Universidade de São Paulo

O livro de César Augusto de Assis Silva é fruto de seu doutorado direto, defendido no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, sob a orientação do professor José Guilherme Magnani.

O autor desenvolveu um objeto original à Antropologia brasileira e construiu um problema teórico complexo, que exigiu uma análise multidimensional. Em específico, operou com destreza a combinação entre: etnografia e história; abordagem macro e microscópica; e fontes variadas, nas quais emergiram uma profusão de saberes, disciplinas, categorias e conexões entre os agentes.

O objeto de análise do autor foram as relações sociais, necessariamente discursivas e históricas, produtoras de uma normatividade da surdez que mobiliza categorias como cultura, povo e língua em sua afirmação e performance. Seu principal problema foi analisar a invenção desta nova normatividade instituída numa contraposição ambígua com a chamada deficiência e os discursos biomédicos.

Para Assis Silva a surdez não existe antes, depois ou além do discurso. Trata-se, justamente, do efeito de uma configuração discursiva de saber-poder, nas quais uma gama complexa de agentes disputa sua definição através da produção de saber, que conforma sujeitos e corpos.

Como se verifica na enunciação do problema, a abordagem teórico-metodológica da obra é alicerçada, principalmente, numa composição

harmônica entre conceituais de Michel Foucault (1988, 1996, 2005, 2007) e Pierre Bourdieu (1983, 1998, 2004a).

A matriz foucaultiana prepondera através da análise histórica da normatividade em questão, contemplando a descrição de algumas disciplinas que recaem sobre o corpo, o espaço e o tempo. Quanto ao Bourdieu, entre outras situações, é evocado através da centralidade que os agentes ganham em seus posicionamentos, trajetórias e circulação.

Quanto ao material empírico, os dados foram construídos principalmente por meio de pesquisa de campo e análise documental. O autor atingiu, com primor, a sua proposta metodológica de não conceber dicotomia entre etnografia e história. Tal feito se deu através de um duplo movimento, constante, partindo do presente do ritual para alçar à história, e vice-versa. Nesta dinâmica, os documentos contribuíram para historicizar a etnografia, que também serviu como norte para perseguir, nos documentos, alguns feixes discursivos.

A pesquisa de campo foi realizada nos territórios que compõe o circuito de sociabilidade vinculado à surdez, tais como: escolas especiais, associações, eventos políticos, cursos de libras, com destaque para rituais e cursos de instituições religiosas. Com relação aos documentos coligidos, o autor utilizou principalmente: dicionários e manuais religiosos, atas de associações, produções científicas, legislações, programas televisivos, folhetos e sites.

O livro é composto pela introdução e cinco capítulos, incluindo a conclusão, organizados em consonância com duas hipóteses. A primeira delas indica que as principais posições de agências produtoras da surdez como particularidade étnico-linguística são: religiosos, ativistas e intelectuais. A segunda hipótese aponta a preeminência de religiosos e agentes com trajetória religiosa como mediadores fundamentais para a constituição e circulação desta surdez. Assim, os três primeiros capítulos tratam centralmente das agências religiosas e o quarto capítulo privilegia

o trânsito entre agentes religiosos, ativistas e intelectuais. A seguir procuro apresentar alguns dos principais argumentos de cada capítulo e, por fim, esboço uma reflexão centrada nos conceitos de cultura e deficiência.

A introdução apresenta o problema de pesquisa através de uma controvérsia visibilizada pela novela *Cama de Gato*, da Rede Globo, em 2009, que contava com um personagem surdo. Médicos da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cervicofacial enviaram uma carta à emissora apontando que o uso da língua brasileira de sinais (libras) pelo personagem era um retrocesso, pois a cirurgia de implante coclear¹ era uma tendência mundial de tratamento. Diante disto, membros do Grupo de Trabalho Linguagem e Surdez da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística manifestaram-se desaprovando os argumentos médicos, alegando que a libras é uma língua com todas as propriedades linguísticas de qualquer outra e foi reconhecida pela Lei de Libras 10.436, de 2002 (Brasil, 2002), regulamentada pelo Decreto Federal 5626, de 2005 (Brasil, 2005).

Neste embate está em questão a definição da surdez e dos distintos modos de disciplinamento dos corpos surdos. Para os intelectuais vinculados ao saber médico, a surdez ou deficiência auditiva é uma doença e o surdo ou deficiente auditivo é aquele que não ouve e precisa ascender a condição de igualdade do ouvinte, por meio de formas da reabilitação e normalização. Para os intelectuais que mobilizam o saber linguístico, a surdez é uma particularidade étnico-linguística e o surdo é aquele que utiliza uma língua específica, que se torna igual por meio do reconhecimento de sua particularidade como: membro de uma comunidade linguística minoritária, a comunidade surda brasileira; pertencente a uma cultura, a cultura surda; e detentor de uma história, a história do povo surdo.

Segundo o trabalho de campo do autor, a comunidade surda remete a uma ampla rede de sociabilidade fundada, principalmente, nos terri-

tórios que compõe um circuito de instituições e pontos de encontros, tais como: escolas, associações, clubes, igrejas, shoppings centers, praças etc. No circuito há hierarquia dada, em geral, pela capacidade de poder associativo.

A cultura surda é fundamentada na afirmação repetitiva de uma série de traços que conformam fronteiras simbólicas entre surdos e ouvintes. O autor elenca mais de vinte traços, tais como: comunicação em libras; utilização complexa e acentuada da visualidade e gestualidade; grande acuidade visual; sensibilidade para vibração e olfato; sinceridade; sexualidade exacerbada; desconfiança quando o assunto é dinheiro; utilização de mochilas para manter as mãos livres à sinalização; concretude em suas ideias; pensamento por imagens; pensamento dicotômico sem graduações; humor específico; endogamia etc.

A história do povo surdo corresponde a um mito fundador, que procura atribuir coesão aos surdos do mundo através de uma narrativa da humanidade na qual emergem como personagens protagonistas e sofredores.

Em linhas gerais, essa história iniciou-se na Antiguidade, quando os surdos eram atirados em penhascos. Durante a Idade Média foram segregados em asilos. No século XVI inaugurou-se a educação, com o padre Ponce de León, na Espanha, e o uso de sinais começou no século XVIII, com o abade de l'Épée, na França. Nos séculos XVIII e XIX floresceram instituições de cunho pedagógico na Europa e nos Estados Unidos. Contudo, tal desenvolvimento foi interrompido a partir do Congresso de Milão, no final do século XIX, onde estiveram presentes educadores do mundo todo, que decidiram pelo oralismo, ou seja, educação centrada na aprendizagem da leitura labial, do uso de resíduos auditivos e da articulação oral. A partir daí, os surdos tiveram suas mãos amarradas e foram obrigados a falar até que, nas últimas décadas do século XX, estudos linguísticos inovadores passaram a afirmar o estatuto de língua natural das línguas de sinais.

O primeiro capítulo aborda as agências religiosas vinculadas à Igreja Católica. De início, o autor apresenta o milagre bíblico do “effata” ou “abra-te” (Marcos, 7:31-37), no qual Jesus curou o surdo-mudo fazendo soltar sua língua e abrir seus ouvidos. Assis Silva defende que esta passagem está na base das diversas práticas disciplinares, descritas adiante, originando diferentes procedimentos de abertura dos corpos surdos.

A relação entre surdez e Igreja Católica possui uma longa duração. A história da educação de surdos se confunde com missão católica, que foi fundamental no desencadeamento de um processo de associativismo primário, que contribuiu para emergir formas de comunicação sinalizada.

Além disso, publicações católicas pioneiras, como o dicionário do padre Eugênio Oates, na década 1960 (Oates, 1990), também colaboraram para cristalizar o léxico da comunicação em sinais. Tal dicionário apresenta fotos do que denominou por mímica e gesto relativos às palavras. Os sinais se destinavam aos surdos-mudos que não aprenderam a falar, ou como recurso adicional para facilitar o oralismo em voga. Posteriormente essa comunicação ganharia o nome de português sinalizado, onde a sinalização acompanha a sintaxe exata do português. Embora não duvidasse da capacidade da linguagem das mãos em desempenhar funções linguísticas, o padre não advogava pelo estatuto de língua.

Apesar do associativismo primário e do léxico de sinais, a elaboração da surdez como particularidade étnico-linguística foi exterior à Igreja Católica. Tais práticas foram incorporadas na digestão das formulações protestantes e científicas.

Em consonância com a relação de longa duração, o autor aponta que atualmente há uma grande heterogeneidade nas práticas católicas: oralidade, sinalização do português e, mais recentemente, a libras. Este processo deu-se não sem tensões, algumas delas esmiuçadas durante o livro.

O capítulo dois é destinado às agências protestantes. Assis Silva indica que diversas denominações protestantes realizaram evangelização com surdos, mas destacaram-se a batista e a luterana.

Para o autor, agentes luteranos lançaram base da afirmação da surdez como particularidade linguística, quando, no início dos anos 1980, de modo pioneiro, atestaram o estatuto de língua da comunicação atribuída aos surdos ou deficientes auditivos, no livro *Linguagem de Sinais do Brasil* (Hoemann; Oates & Hoemann, 1983).

Diferente dos católicos, os autores luteranos não possuem apenas formação religiosa, mas também acadêmica, trazem argumentos do campo da linguística, pedagogia e psicologia, embasando de modo científico o estatuto de língua da Linguagem de Sinais do Brasil. No meio luterano emergiram intelectuais importantes para constituição de um campo acadêmico relativo à surdez.

Assim como os católicos, os luteranos também se vincularam à educação especial e foram importantes na consolidação da política pedagógica da comunicação total, a partir da década de 1980. A comunicação total preconiza o uso conjunto de várias modalidades – língua de sinais, oralidade, desenho, mímica etc. –, qualquer modo de comunicação é válida, pois o importante é transmitir um conteúdo.

Segundo Assis Silva, os agentes batistas dão continuidade ao processo desencadeado pelos luteranos e produzem uma disciplina bastante peculiar. Em 1991, publicaram o livro *O Clamor do Silêncio* (Junta das Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira, 1991), que critica explicitamente o oralismo e a comunicação total, enaltecendo o bilinguismo. O bilinguismo prepõe a aquisição da língua de sinais como primeira língua, pois a criança adquire de modo espontâneo. A língua oral poderia ser aprendida como segunda língua. Também advogam pela utilização da categoria surdo, considerando as categorias surdo-mudo e deficiente auditivo como antiquadas e desapropriadas.

O Clamor do Silêncio revela a produção de atividade missionária com surdos pela lógica da missão transcultural, na qual os surdos são considerados um povo não alcançado, com língua e cultura próprias. Neste modelo, também aplicado aos povos indígenas, é necessária a tradução da Bíblia para a língua nativa visando o alcance da mensagem cristã. A invenção batista instituiu uma disciplina na qual pessoas se dividiam em surdas e ouvintes por traços distintivos indicializados a culturas diferentes.

Para suprir a função da tradução do cristianismo para surdos, o meio batista elaborou, de modo bem acabado, um personagem fundamental: o intérprete. Cabe a ele não apenas levar a mensagem cristã ao surdo, mas também a sua verdadeira língua e cultura.

A agência protestante estabeleceu uma intensa circulação entre atividade missionária, produção científica, movimento social e atuação no mercado. Através de seus cursos e oficinas, a performance protestante desdobrou-se para carismáticos e neopentecostais, que a colocaram na televisão, dando visibilidade pública e cotidiana a libras.

O capítulo três aborda as congregações de surdos das Testemunhas de Jeová, que somam mais de trezentas no Brasil. Naquelas etnografadas por Assis Silva, atualmente, não há intérpretes, todos os membros utilizam libras em seus rituais, independente de ouvirem ou da posição que ocupam na hierarquia institucional.

Nos cultos não há marcação de surdo, deficiente auditivo ou ouvinte. A marcação fundamental é serem testemunhas de Jeová, integrantes de uma nação universal de irmãos regenerados, que se diferenciam das pessoas do mundo. Nesta nação universal há diferenças de língua, que são suplantadas pela tradução linguística e não cultural.

As Testemunhas de Jeová configuram-se como grandes tradutores, através, por exemplo, da considerável quantidade de vídeos em libras. Também publicaram um dicionário de sinais fotografados, similar ao do

padre Oates, em 1992 (Testemunhas de Jeová, 1992). Em suas publicações sugeriram de modo vago uma predileção pela comunicação total.

Diferente dos católicos e protestantes, não se envolvem em questões políticas, de reivindicações de direitos, pois, de acordo com sua teologia, são contrários à valorização de organizações mundanas. A incorporação de argumentos acadêmicos também não ocorre. Contudo, romperam com o modelo de evangelização centrado no intérprete e seus membros circulam principalmente através do mercado de libras, figurando na mídia e atuando em outras igrejas.

O quarto capítulo privilegia o trânsito entre agências religiosas, tratadas anteriormente, intelectuais e ativistas na produção da surdez em questão. Grosso modo, intelectuais abarcam principalmente linguistas, pedagogos e psicólogos, cujas pesquisas compõem os chamados Estudos Surdos. Ativistas remetem, sobretudo, à Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), instituição de grande representatividade, considerada interlocutora legítima no Estado.

Tal trânsito é descrito pela circulação de agentes, categorias, disciplinas e produções, especialmente entre os territórios da chamada comunidade surda. Por exemplo: intérpretes de trajetória protestante são majoritariamente alocados em instâncias acadêmicas, políticas e cada vez mais atuam na mídia; religiosos criaram publicações, vídeos, oficinas e cursos, que foram adquiridos e frequentados por militantes e intelectuais etc.

Também é possível notar que os principais intelectuais da surdez possuem trajetória religiosa: do meio luterano emerge a maior intelectual no campo da linguística da língua de sinais no Brasil, Ronice Quadros, professora da UFSC; de trajetória batista é possível citar Fernando César Capovilla, professor do Instituto de Psicologia da USP, autor do maior dicionário laico de libras; entre diversos outros. Também há agentes duplamente situados, tais como: o pastor batista Ariens, que liderou a fundação da Associação dos Profissionais Intérpretes e Guias-Intérpretes da

Língua de Sinais Brasileira do Estado de São Paulo e foi seu presidente; o pastor luterano Ricardo Sander, que é vinculado à militância da Feneis. Contudo, é frequente a omissão da trajetória e vinculação religiosa nas instâncias políticas e acadêmicas, por serem consideradas laicas.

Na conclusão do livro o argumento central é retomado e sintetizado. Em linhas gerais, as agências religiosas foram fundamentais na instituição da surdez como particularidade étnico-linguística, sendo que: as católicas possibilitaram um associativismo primário essencial para a solidificação e a dispersão dos sinais; e as protestantes se apropriaram da produção científica para afirmar o estatuto de língua das línguas de sinais e produziram os surdos como um povo não alcançado pelo cristianismo, impulsionando o uso de categorias vinculadas à etnicidade (cultura, povo, comunidade, identidade). De maneira circular, essas formulações basearam-se e migraram para os âmbitos da academia e do movimento social, fundando uma linguagem religiosas, política e científica, que se traduziu em normatividade jurídica e culminou numa nova gerência da população surda no interior do Estado-nação.

Como uma breve avaliação do argumento do autor, considero sua demonstração primorosa. A hipótese da proeminência das agências religiosas na constituição desta surdez exigiu perspicácia e um minucioso trabalho de campo que permitiram constatar trajetórias religiosas, muitas vezes, não expostas em outros âmbitos. Com relação à abordagem das agências acadêmicas, o autor conseguiu distanciar-se deste discurso tão familiar e englobá-lo nas disputas do campo. Quanto às agências ativistas, não se deixou seduzir pela essencialização da cultura surda. Assis Silva manteve o caráter objetivo da obra, de modo tão absoluto, que, por vezes, é difícil identificar a motivação da pesquisa e os modos como foi posicionado.

Por fim, desenvolvo alguns apontamentos acerca de dois conceitos centrais no livro e sua relação com o debate antropológico, são eles: cultura e deficiência – o primeiro clássico à disciplina e o segundo incipiente.

Conforme indica o autor, cultura não tem mais validade como conceito analítico, trata-se de uma categoria nativa e política, acionada como instrumento indentitário, linguagem na demanda de direitos. Também figura no centro da agenda de Estado, em um multiculturalismo oficial para a produção de políticas públicas.

Nesse sentido, é possível situar o livro entre os estudos culturais que abordam a construção política das chamadas minorias (indígenas, negros, mulheres, homossexuais etc.) e o multiculturalismo como problema do estado liberal globalizado.

Dentre estes estudos, o autor analisa um objeto ainda pioneiro, práticas discursivas constituintes da surdez como cultura, através de um enfoque original calcado no protagonismo das agências religiosas e na importância da performance linguística nesta configuração.

Assis Silva também aborda a deficiência como um conceito nativo, que é operado de modo tenso e ambíguo pelos agentes em questão. Conforme indica o autor, discursos culturalistas da surdez acionam a deficiência auditiva como contraponto, sendo negada e criticada. Contudo, em alguns contextos, como em âmbitos do Estado destinados às pessoas com deficiência (conselhos, secretarias, comissões, eventos etc.), a distinção é pouco acionada.

Assis Silva não aprofunda a questão. Entretanto, a partir de seus dados, é possível supor que há dois conceitos de deficiência sendo articulados: um, historicamente anterior, de matriz biomédica, compreendido como condição natural a ser corrigida; e outro, vinculado aos movimentos de luta pelos direitos da década de 1970 e 1980, na qual a deficiência passou a ser resultado da interação com barreiras sociais que impedem a plena participação. Esta formulação tornou-se base do chamado modelo social da deficiência e ganhou normatividade jurídica na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, em 2007, a qual o Brasil ratificou como emenda constitucional, em 2009 (Brasil, 2009).

O modelo social da deficiência e o modelo culturalista de surdez constituíram-se em certa concomitância: emergiram no Brasil por volta dos anos 1980, foram gestados na década de 1990 e traduziram-se em termos jurídicos nos anos 2000. Ambos se opõem às definições biomédicas de deficiência, mas o modelo social não forjou o argumento culturalista, ou seja, deficiência não é acionada como cultura. Com relação ao distanciamento do discurso médico, a surdez elaborou um afastamento mais radical, que desincentiva o uso de aparelhos auditivos, implante coclear e outros aparatos. Já o modelo social da deficiência aceita a regulação médica sobre o corpo – a cura pela biomedicina é desejável e a utilização de aparatos médicos podem ser entendidos como tecnologia assistiva e recursos para a acessibilidade, que facilitam a quebra de algumas barreiras. Neste viés, a libras e o intérprete são entendidos, não como cultura, mas como recurso de acessibilidade.

Assim, suponho que as ambiguidades e tensões entre surdez e deficiência, citadas pelo autor, podem referir-se às duplicidades de sentidos que a categoria deficiência congrega em sua história, que são contrapostas ou não à surdez como particularidade étnico-linguística, conforme os contextos. Também contribui para esta configuração, a ambiguidade nos acionamentos de outras categorias envolvidas como cultura e acessibilidade.

Grosso modo, no Brasil, os estudos antropológicos relativos à surdez e à deficiência ainda são recentes e pontuais. Destes, noto que grande parte filia-se aos chamados Estudos Surdos e aos Estudos da Deficiência, que, em geral, consideram deficiência e surdez como categorias analíticas, não dando conta das disputas pela instituição das mesmas (Bourdieu, 2004b). Neste sentido, de modo pioneiro, Assis Silva dá um passo além, a presente pesquisa trata surdez e deficiência como categorias nativas, constituídas historicamente em contextos específicos, contribuindo para uma abordagem não essencialista, que também problematiza o próprio discurso acadêmico.

Notas

- ¹ Conforme indica o autor: “A cirurgia de implante coclear consiste na introdução de eletrodos na cóclea com o objetivo de ativar artificialmente, por meio de eletrochoques, as células ciliadas. Estes estímulos são decodificados como sons pelo cérebro” (Assis Silva, 2012, p. 16) A cirurgia é complementada com a oralação, ou seja, o ensino da articulação oral e da leitura labial.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre

- 1983 “Esboço de uma teoria da prática”. In ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*, São Paulo, Ática.
- 1998 *A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar quer Dizer*, São Paulo, EDUSP.
- 2004a *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Perspectiva.
- 2004b *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense.

BRASIL

- 2002 Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002. Língua de Sinais – LIBRAS.
- 2005 Decreto Federal 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Língua de Sinais – LIBRAS.
- 2009 Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

FOUCAULT, Michel

- 1988 *História da Sexualidade 1 - A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal.
- 1996 [1971] *A Ordem do Discurso*. São Paulo, 1996.
- 2005 *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis, Vozes.
- 2007 *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

HOEMANN, Harry; OATES, Eugênio & HOEMANN, Shirley

- 1983 *Linguagem de Sinais do Brasil*. Porto Alegre, [s.e].

JUNTA DAS MISSÕES NACIONAIS DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA

1991 *O Clamor do Silêncio*. Rio de Janeiro, [s.e].

OATES, Eugênio

1990 [1961] *No Silêncio da Fé: Catequese e Oração na Linguagem das Mãos*. Aparecida, Santuário.

TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

1992 *Linguagem de Sinais*. Cesário Lange, Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados.